

Pregão/Concorrência Eletrônica**■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões****DECISÃO DA AUT. COMPETENTE: MANTÉM DECISÃO PREGOEIRO**

DECISÃO RECURSO – ORDENADOR DE DESPESAS

Referência: Pregão Eletrônico nº 005/2023 – CBMPA.

PAE nº: 2022/382298.

Objeto da licitação: contratação de empresa especializada no fornecimento de kit lanche (tipo 1, embalagem contendo 07 itens: sanduíche, suco de fruta, água mineral, biscoito, fruta, paçoca e cereal em barra e; tipo 2: embalagem contendo 02 itens: sanduíche e suco).

Empresa Recorrente: Menezes de Brito LTDA, CNPJ nº 45.622.906/0001-86.

Empresa Recorrida: C Q Comercio e Serviços Alimentícios e Eventos LTDA, CNPJ 09.356.159/0001-18.

Pregoeira: Renata de Aviz Batista – MAJ QOBM.

Data do Certame: 15 de fevereiro de 2023, às 09h30min.

Após análise da decisão da pregoeira titular, a MAJ QOBM Renata de Aviz Batista, referente ao recurso impetrado ao processo licitatório supracitado, inicialmente cabe citar os atos até aqui consignados:

Processada a fase de lances, de julgamento de propostas e de habilitação, houve recurso (p. 470 a 479) impetrado pela empresa MENEZES DE BRITO LTDA, CNPJ nº 45.622.906/0001-86, quanto à aceitação da proposta e habilitação da empresa C Q Comercio e Serviços Alimentícios e Eventos LTDA, CNPJ 09.356.159/0001-18, sob a alegação de que: - O catálogo apresentado pela recorrida se trata de catálogo próprio, ferindo, portanto exigência do edital; - Foram requeridos documentos após a fase de proposta e habilitação; - Não foi dado acesso aos demais licitantes quanto aos documentos da recorrida que constavam no SICAF; - Não solicitação dos documentos previstos no item 4.2 do Termo de Referência.

Quanto à discussão dos catálogos, além de tratar-se de documento complementar, as informações que constam no processo (catálogos apresentados) e sites de domínio público existente são suficientes para ratificar que os produtos industrializados a serem fornecidos cumprem as exigências do TR.

Neste sentido, até aqui orientado tais argumentos foram refutados pela pregoeira com base no edital, seus anexos e nas normas vigentes, onde, quanto a alegação de cerceamento de direito de acesso aos autos, temos claro que foram disponibilizados no edital canais de comunicação para que pudesse ser realizada quaisquer requisições de acesso aos autos, o que não foi feito pela recorrente, cabendo, nestes casos, à pregoeira, registrar em ata da sessão pública os atos realizados por meio de diligência, o que foi feito.

Quanto a requisitar documentos após a fase de proposta e habilitação, não se identificou nos autos procedimento afastado das normas e acórdãos vigentes.

Quanto à necessidade de requisição de documentos em face de garantia, prevista no TR, caberá tal ato a gestão do contrato tal verificação, inclusive há previsão de substituição no caso de não haver apresentação de produto em qualidade satisfatória.

CONCLUSÃO:

1. Este Ordenador de Despesas vislumbra que o processo licitatório em discussão está em conformidade com o ordenamento jurídico vigente, que o tema que norteia o recurso foi integralmente discutido e refutado, portanto, DECIDO CONCORDAR INTEGRALMENTE COM A DECISÃO DA PREGOEIRA, quanto a manter a HABILITAÇÃO da empresa C Q Comercio e Serviços Alimentícios e Eventos LTDA, inscrita sob o CNPJ 09.356.159/0001-18 no Pregão Eletrônico nº 05/2023/CBMPA.

2. É a decisão.

Belém-Pará, 08 de março de 2023.

JAYME DE AVIZ BENJÓ – CEL QOBM

Comandante-Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil

Ordenador de Despesas

Fechar